

**José Madureira Pinto**

*Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto; Doutor em Sociologia pelo ISCTE; Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Economia do Porto (Grupo de Ciências Sociais); Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Publicou vários livros e artigos sobre metodologia e teoria sociológicas, análise da educação e das práticas culturais, políticas culturais, processos de trabalho e construção de identidades, nomeadamente: Ideologias-inventário crítico dum conceito, Lisboa, Presença, 1978, Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos, Porto, Afrontamento, 1985, Propostas para o ensino das ciências sociais, Porto, Afrontamento, 1994; Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social, Porto Afrontamento, 2007 e ainda, em colaboração, A investigação nas ciências sociais, Lisboa, Presença, 1975 (com João Ferreira de Almeida). Co-organizou: Metodologia das ciências sociais, Porto, Afrontamento, 1986 (com Augusto Santos Silva), Os dias da escola, Afrontamento/CMP, 1999 (com João Teixeira Lopes), Pontes de partida, Afrontamento/Porto2001 (com Maria Benedita Portugal), Pierre Bourdieu – A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal, Porto, Afrontamento, 2007 (com Virgílio Borges Pereira) e Desigualdades, desregulação e riscos nas sociedades contemporâneas, Porto, Afrontamento, 2008 (com Virgílio Borges Pereira). Dirigiu e integrou vários projectos de pesquisa sociológica de terreno, incluindo recentemente uma revisitação a uma colectividade rural do Noroeste português, que estudou pela primeira vez há trinta anos (o primeiro volume com resultados desta pesquisa, organizado em colaboração com João Queirós, está em vias de publicação). Dirige a revista Cadernos de Ciências Sociais, onde publicou, nos seus três primeiros números, “Questões de metodologia sociológica (I), (II) e (III)”. Aí desenvolve a perspectiva metodológica que, sustentando a generalidade das posições expressas nesta Sessão de Abertura, abre portas para uma sua revisão crítica. Foi consultor do Presidente Jorge Sampaio para a Área da Economia, Desenvolvimento e Sociedade entre 1996 e 2006.*

# A PRÁTICA DA RAZÃO SOCIOLÓGICA: FORÇANDO OS LIMITES

José Madureira Pinto

## I – A razão sociológica perante as obras culturais

1. Ao aludir, no título desta comunicação, a uma “*razão sociológica*”, pretende-se exprimir, antes de mais, a convicção de que existe hoje um capital acumulado de conhecimentos que nos permite objectivar e tornar inteligíveis, dentro de limites identificáveis, os chamados “fenómenos sociais”, mesmo quando estes, pela sua complexidade e “imaterialidade”, aparentam furtar-se a qualquer possibilidade de análise. Esse capital intelectual é constituído, como acontece em qualquer ramo das ciências, por quadros conceptuais relativamente estabilizados, embora não isentos de contradições e conflitos, por técnicas de recolha e tratamento de informação em aperfeiçoamento e expansão permanentes e por estratégias metodológicas semi-codificadas.

A razão sociológica, que, como vamos ver, está longe de ser uma entidade abstracta, insuspeita e imutável, só se torna instrumento intelectual e socialmente útil e cientificamente legítimo se se sujeitar a ser posta permanentemente em causa através da análise de situações concretas – a *prática da razão sociológica* dirigida ao avanço do conhecimento sobre domínios do real relativamente bem circunscritos é, pois, a forma de existência que melhor se compatibiliza com a própria ideia de racionalidade (uma ambição de desvendamento do real que a si mesma permanentemente se desafia, abrindo-se à crítica cruzada dos especialistas e à “prova dos factos”).

Ao anunciar, na segunda parte do referido título, que aqui se farão algumas propostas visando *forçar os limites* a que alegadamente está sujeita a prática da razão sociológica, reconhece-se antes de mais que a pesquisa científica neste domínio está longe de ser uma actividade liberta de constrangimentos, dificuldades

e fontes de imperfeição. Não é preciso acreditar absolutamente numa razão absoluta para se ser racionalista – basta, para tanto, acreditar na perfectibilidade da razão. É isto o que distingue, nas polémicas que ultimamente se desenvolveram no campo da epistemologia das ciências sociais, o pólo do racionalismo (que, como sugiro acima, a si mesmo se impõe ser crítico e auto-crítico) do pólo do impressionismo pós-modernista.

Dois grandes tipos de factores condicionam o exercício da razão sociológica. Uns são essencialmente “exógenos”, correspondendo ao conjunto de constrangimentos sociais e institucionais que limitam de facto o espectro de oportunidades ao alcance dos seus praticantes; outros radicam mais propriamente na especificidade dos problemas (e, por essa via, dos instrumentos de análise) constitutivos do domínio de conhecimento em causa.

A actividade de investigação científica não se desenvolve num vazio social: é condicionada por procuras e financiamentos que se formam segundo lógicas económicas e políticas precisas, decorre em organizações com formas de divisão de trabalho e estruturas de poder que eventualmente colidem com o livre exercício dos princípios de cientificidade consagrados pelos especialistas, tem que se movimentar em contextos ideológicos que nem sempre são favoráveis (podendo mesmo ser hostis) ao tipo de conhecimentos produzidos. E as próprias lutas interinstitucionais (“conflitos entre “escolas”) pela hegemonia dentro do campo científico - que têm no militante recalcamento das contribuições alheias um dos seus mais insólitos modos de expressão -, condicionam as formas concretas segundo as quais se põe em prática a razão científica.

Mas, além destes constrangimentos (que, sendo particularmente delicados no domínio das ciências sociais, estão presentes em qualquer domínio disciplinar), outros há que radicam na especificidade dos fenómenos sociais - fenómenos dotados de sentido, para recorrer a uma fórmula breve.

A objectivação desta dimensão simbólica (também se diz cultural, ideológica e até “subjectiva”) dos fenómenos sociais é, na verdade, uma tarefa particularmente exigente. O facto de os actores sociais atribuírem sentido às condições materiais da sua existência – percebendo-as, avaliando-as e reagindo-lhes de uma forma não neutral, isto é, de acordo com valores e arbitrários culturais incorporados enquanto disposições práticas ou operadores simbólicos de que perderam o rasto – faz com que o estudo das suas práticas seja uma tarefa de enorme complexidade (Dos astros – para só falar deles - não pode dizer-se o mesmo que se disse dos actores sociais, para tranquilidade dos astrofísicos: destituídos da função de atribuição de sentido às condições concretas da sua existência, que os faz desinteressarem-se olímpicamente das órbitas a que estão submetidos, os astros poupam, de

facto, quem os observa e estuda, às dificuldades de objectivação da complexidade semiótica, que a sociologia, pelo contrário, jamais poderá contornar...).

Deixarei para mais tarde o enunciado de algumas dificuldades específicas da teoria e metodologia sociológicas. Nessa altura, procurarei mostrar ainda até que ponto, forçando os limites que se colocam ao ofício de sociólogo, é possível apesar de tudo avançar, também aqui, no desvendamento do real.

**2.** Explicitado, em termos gerais, o meu posicionamento no quadro das preocupações epistemológicas das ciências sociais – uma espécie de “declaração de interesses” prévia que permite pôr ao alcance dos destinatários destas palavras as possíveis fragilidades de base da perspectiva que adopto no debate -, outra observação preliminar se impõe: a de que, havendo seguramente alguns princípios gerais a defender nesta matéria, há toda a conveniência em não deixar de os abordar tomando como horizonte um domínio de objectos e problemas bem delimitado. De outro modo, corre-se o risco de contribuir para fazer da reflexão metodológica um exercício de codificação e reprodução de princípios abstractos, quando não dogmáticos, e não tanto, como aqui se defende, um instrumento de “rectificação do erro” ao serviço das práticas concretas de pesquisa científica.

Ora, tentando identificar o “domínio de realidade” que preocupa e mobiliza a generalidade dos especialistas a que me dirijo, arrisco que ele se confunde, em termos latos, com o *processo social de produção, circulação e apropriação de obras culturais*.

Porquê *obras culturais* e não bens culturais, como também se diz, desde logo na própria sociologia?

Porque o conceito de bem (“bem cultural”) está muito conotado com valor de uso e sobretudo com *valor de troca* de bens económicos. Ora, sendo certo, como generalizadamente se reconhece, que aos objectos culturais está hoje associada uma dimensão económica inequívoca, a verdade é que os objectos culturais, as obras culturais, têm também, sempre, um valor simbólico não acionável naquela dimensão, actuando, como materialidade específica, no processo infinito de criação e recriação de sentido que acompanha a prática social.

É aliás em razão de uma consciência, ainda que rudimentar, do poder simbólico próprio das obras culturais que estas suscitam tanto desinteresse, quando não hostilidade, por parte de alguns sectores políticos: o distanciamento quase militante a que frequentemente são votadas não radica tanto no facto de as referidas obras envolverem actividades que os tais sectores consideram dispendiosos, mas na circunstância de essas obras, com valor e poder simbólicos nunca inteiramente controláveis (mesmo em situações extremas de censura e repressão), serem sempre

potencialmente contra-poder ou, no mínimo, outro poder, logo uma pequena ou grande ameaça ao exercício convenientemente rotineiro dos poderes instalados.

**3.** Volto à expressão “processo social de produção, circulação e apropriação de obras culturais”, a que recorri para tentar identificar, preliminarmente e em termos muitos amplos, o domínio de pertinência no âmbito do qual se situam os objectos e problemas com que em princípio lida, na componente de investigação da sua actividade profissional, grande parte dos destinatários destas palavras.

Se quisesse ser mais preciso, talvez pudesse eleger o subdomínio da *circulação* de obras culturais como centro de interesse privilegiado pela pesquisa nestas áreas, já que será no espaço de *mediação* entre criação e recepção culturais que se concentrarão as intervenções práticas e os desafios à reflexividade dos profissionais nelas implicados. A difusão, reconhecimento e legitimação das obras culturais – portanto, a sua existência social - depende hoje crucialmente da qualidade dessas intervenções, e esta, por sua vez, da abertura dos seus protagonistas à reflexividade sobre os processos sociais envolvidos.

Se é inequívoco que a criação cultural e artística acrescenta valor simbólico ao mundo e, produzindo novos sentidos, produz também, de facto, sempre, novas realidades, a verdade é que não deixa de pertencer à esfera da circulação programada de sentido, através dos espaços físico-institucionais que privilegia, da relação de afinidade e convivência entre as obras culturais e os públicos potenciais que promove, da pedagogia do olhar que pratica, um papel activo na produção social de valor imputável às obras culturais. Faz, então, sentido que a elejamos como alvo específico da indagação sociológica – o que não implica, bem pelo contrário, que a devamos isolar em termos analíticos dos processos sociais a montante (criação cultural) e a jusante (recepção cultural).

Muitos foram os avanços alcançados pela sociologia (sociologia do campo artístico e literário, sociologia dos *media* e das indústrias culturais, entre outros) na análise dos processos de produção cultural. A partir deles, deixou de ser aceitável encarar a produção cultural como um espaço de criação livre de determinações sociais, para, pelo contrário, se passar a ter em conta as relações de força e os conflitos que neles se desenham entre detentores e *challengers* da autoridade simbólica, entre gostos e géneros legítimos, ilegítimos ou legitimáveis, entre disposições sociais herdadas e posições estéticas assumidas pelos criadores, etc. É um património de conhecimentos que não pode ser ignorado, pelo menos como pano de fundo, quando, por razões teórico-metodológicas ou pragmáticas, decidirmos concentrar esforços na análise de fenómenos da circulação de obras culturais.

Mas, os resultados a que a sociologia, juntamente com outras ciências sociais,

foi chegando, ao estudar os discretos e aparentemente inobjectiváveis processos sociais de apropriação/recepção das obras culturais são igualmente notáveis. Não me refiro apenas à acumulação de conhecimento sobre as características sociais dos públicos da cultura, que teve, nomeadamente em Portugal, um enorme desenvolvimento. Falo também do avanço do conhecimento sobre os próprios processos e situações concretas (interacções, contextos físico-institucionais, etc.) em que decorre a apropriação das obras culturais - em casa, nas bibliotecas, nos museus, em espaços públicos. Este mundo de recepção e recriação de sentido que, por se desenrolar na esfera da intimidade, parece inobjectivável, deixou de ser, de facto, um mundo por descobrir - embora sobre ele tenha de continuar a fazer-se muito trabalho de pesquisa. Um trabalho que, em meu entender, tem de estabelecer um diálogo permanente com os estudiosos dos outros processos (circulação, seguramente, mas também criação cultural), já que, é bom lembrá-lo, se a apropriação é um processo social com autonomia relativa, ela incide sempre sobre uma obra concreta, com materialidade própria, que *também conta* no processo de recepção de sentido.

## **II - Algumas limitações da prática da razão sociológica e possíveis formas de as ultrapassar**

1. Já se fez aqui uma referência genérica ao conjunto de constrangimentos “exógenos” com que se defrontam a ciências e os cientistas, adiantando que eles se reportam às condições societais, institucionais e organizacionais que enquadram qualquer trabalho de investigação concreto. Pode agora acrescentar-se que esse feixe de constrangimentos, antes mesmo de incidir no modo como se desenrolam as operações cruciais da pesquisa, já se revela ao nível da procura de conhecimentos e, mais precisamente, no modo como – a partir dos centros de poder político, das entidades financiadoras da pesquisa, da opinião pública influente, das organizações que enquadram profissionalmente os potenciais investigadores... - se formam e exprimem socialmente os próprios *problemas* a investigar.

Acontece que a formulação “exógena” do problema (que é uma espécie de definição prévia do espaço de possíveis das pesquisas burocrática e financeiramente “elegíveis”) não é necessariamente aquela que melhor se adequa aos critérios que, à luz do património de conhecimentos acumulado nas áreas de saber em causa, devem orientar a investigação. Reformular as procuras sociais de conhecimento, reconvertendo os termos e âmbito dos problemas a investigar, torna-se então a primeira forma de, forçando os limites a que incontornavelmente está sujeita a pesquisa, abrir espaço para o avanço do saber ao alcance das ciências.

Admitindo, por exemplo, que, a propósito da frequência de um museu, o problema a investigar envolva, na formulação oficial ou oficiosa, uma caracterização dos públicos segundo um conjunto de variáveis de natureza eminentemente sócio-demográfica, não está excluído que, sem recusar em absoluto os termos da procura, possa esta ser reformulada de modo a enquadrar no sistema de variáveis explicativas seleccionadas, indicadores relativos às trajetórias sócio-educativas individuais e familiares dos visitantes, à relação diferenciada destes com um conjunto específico de obras culturais seleccionado em função de conjecturas teóricas previamente fundamentadas sobre padrões classistas de gosto, etc. Sem dúvida delicada, e nem sempre inteiramente exequível, esta reformulação da procura em termos cientificamente enriquecedores está longe de constituir uma tarefa impossível ou vã. Algum pragmatismo na sua efectivação pode ser o tributo que vale a pena pagar para ganhar a margem de liberdade e autonomia intelectual legitimamente ambicionável. E não está excluído que, no processo de negociação que assim se desencadeia, seja o próprio enquadramento organizacional das entidades que formulam a procura a abrir-se a alguma reconversão.

**2.** O segundo aspecto que vale a pena reter neste breve inventário de pontos críticos que permeiam a investigação sobre processos sociais diz respeito à tendência para atomizar, ou seja, para isolar dos respectivos contextos, os objectos sobre os quais aquela se debruça. Nessa perspectiva, tomam-se os limites aparentes dos objectos sociais (em princípio, eficazmente ajustados aos objectivos correntes da acção prática dos indivíduos) como limites analiticamente relevantes, ignorando ou elidindo o sistema de relações sociais em que, sincrónica e diacronicamente, eles se inserem.

Ora, se há domínio do conhecimento onde a referência à história e às estruturas de relações sociais se tem revelado crucial para entender a singularidade dos objectos estudados, esse é, sem dúvida, o da análise dos factos da cultura. Fará algum sentido, por exemplo, analisar sociologicamente o acto de recepção cultural, sem procurar desvendar os processos de incorporação de disposições estéticas nos agentes sociais, ligando-os às dinâmicas classistas de aprendizagem social ao seu alcance? E pode esse complexo momento de atribuição de sentido, ser desligado, no plano analítico, da compreensão, ainda que imperfeita, das condições práctico-institucionais concretas que enformam a situação de recepção?

Isolar objectos, com a veledade de, intensificando os procedimentos de observação, captar a sua “essência”, é uma opção que tem tanto de óbvio e “natural” como de epistemologicamente inconsequente, desde logo porque, sob a aparência de exaustividade, as descrições a que conduz deixam de fora o sistema de

determinações (sociais, institucionais, interaccionais) que sempre sustentam a existência social desses mesmos objectos. Enfrentar o dedo do gigante, perdendo de vista o gigante ele próprio, dificilmente se tornará estratégia vencedora...

O princípio metodológico que propugna a contextualização dos objectos de pesquisa não deixa, entretanto, de apresentar dificuldades práticas de monta.

A primeira tem a ver com a necessidade de pôr limites ao âmbito da própria contextualização, sob pena de a pesquisa ficar paralisada. Por exemplo, será indispensável, numa pesquisa sociológica sobre os efeitos de um conjunto de incentivos à leitura numa biblioteca cidadina concreta, recuperar na íntegra o sistema de relações sociais onde se formam os hábitos culturais dos presumíveis leitores (sistema educativo português, campo dos media e das indústrias culturais, estrutura de classes no meio urbano em causa...)?

A resposta só pode ser negativa, a não ser que se pretenda encontrar um pretexto para não chegar a realizar o estudo. Faz parte dos objectivos do trabalho de problematização que sempre acompanha a pesquisa sobre situações concretas encontrar os fundamentos teórica e *pragmaticamente* ajustados a este trabalho de contextualização. Sem essa auto-contenção na definição dos contextos pertinentes da análise (operação que por vezes se designa por “fechamento de campo”), nenhum programa de pesquisa chegará a concretizar-se.

Outro problema que decorre do princípio enunciado diz respeito ao modo de recolha e tratamento de informação para que apela. E a forma de o resolver parece ter de passar por associar o uso de técnicas de tipo intensivo (observação directa metódica, entrevistas em profundidade, análises de conteúdo...) ao de técnicas de tipo extensivo (séries estatísticas, inquéritos por questionário dirigidos a populações ou amostras de grande amplitude). Se estas últimas têm alguma vocação para restituir grandes regularidades e os contornos estruturais dos factos sociais, cabe às primeiras aprofundar a observação das singularidades com que a pesquisa necessariamente se confronta. Resta acrescentar que, pelo que atrás foi dito, há razões lógicas para pensar – sem que tal deva constituir dogma metodológico – que o recurso a procedimentos de observação de tipo extensivo deve *preceder* o uso das técnicas de observação intensiva.

**3.** O avanço do conhecimento depende muito, em todas as áreas científicas, da qualidade das *hipóteses teóricas* que se formulem no decorrer da pesquisa. Construídas na e pela dinâmica da problematização teórica com que, explícita ou implicitamente, se inicia a busca de interpretações plausíveis sobre o mundo, são elas que retiram a pesquisa da vasta mancha semântica que aquela problematização normalmente instaura (cegando, por tanto deixar ver) e lhes indica um rumo

bem mais definido. Nunca uma problemática teórica no seu conjunto pode ser confirmada globalmente no plano empírico; mas é possível pôr à prova proposições que, contendo uma interpretação provisória sobre aspectos delimitados do domínio do real em questão, desafiem a sustentabilidade do edifício teórico em que se fundamentam.

O que a este respeito se quer propor – e é de mais um exercício voltado para forçar os limites das rotinas de investigação que aqui se trata – é que, na medida do possível, as hipóteses de investigação ultrapassem o mero descritivismo para deliberadamente se arvorarem em hipóteses explicativas infirmáveis. Em vez de se conduzir uma pesquisa que, eventualmente por excesso de conformismo em relação à procura de conhecimento que está na sua origem, se auto-contenha dentro dos limites de uma descrição, ainda que minuciosa e sistemática, dos fenómenos em causa (por exemplo, a construção de uma tipologia de frequentadores de um equipamento cultural, segundo a sua idade e nível de instrução), há vantagem, do ponto de vista do avanço do conhecimento científico (mas também na perspectiva da intervenção prática), que ela arrisque a formulação de uma interpretação (sempre de algum modo com intenção explicativa) que possa ser posta à prova “dos factos” (por exemplo, “não é tanto a idade, mas a conjugação da origem de classe com o tipo de percursos escolares dos frequentadores de uma biblioteca ou de um museu, o factor que mais influencia os seus julgamentos de gosto”).

**4.** Nenhuma hipótese teórica poderá furtar-se inteiramente à acusação de teoricismo e irrelevância científica se não se impuser a si mesma uma dupla confrontação – por um lado, “com os factos” e, por outro, com a crítica dos que, tendo um domínio dos instrumentos de reflexividade que fundamentam a sua formulação, dispõem de autoridade simbólica para avaliar dialogicamente a sua razoabilidade.

Deixando de lado este último tipo de confrontação, concentremo-nos no problema da verificação empírica das hipóteses de investigação.

Aqui, o aspecto crucial a reter reporta-se às exigências de tradução da hipótese, proposição que põe em relação conceitos *teóricos*, numa linguagem adequada à concretização de um conjunto de operações de recolha e tratamento de informação sobre os objectos e processos sociais empíricos envolvidos: a linguagem dos *indicadores*.

Pensando na economia global dos processos de produção de conhecimentos, a selecção e/ou construção de indicadores é uma operação *charneira* - a meio caminho entre, por um lado, a fase de problematização teórica, de que, no essencial, depende a possibilidade de formular hipóteses interpretativas fundamentadas e

fecundas sobre a realidade, e, por outro, a do teste da adequação destas últimas “aos factos”, em que tem de se utilizar já uma linguagem capaz de distinguir, comparar e graduar com o mínimo de ambiguidade possível (“medir”, em sentido amplo) os objectos e processos empíricos relevantes.

Acontece que, sendo um trabalho de *tradução*, a construção de indicadores está, como qualquer outra tradução, condenada a incorrer numa margem de *traição*. De facto, nesta passagem da linguagem dos *conceitos teóricos* para a linguagem dos *indicadores* é inevitável que se perca uma parte do capital de sentido entreaberto pela discussão das problemáticas teóricas de referência – embora se ganhe, em contrapartida, a possibilidade de avaliar, especificada e localizadamente (isto é, a propósito de objectos reais concretos), o potencial de inteligibilidade associado a esse mesmo capital.

A questão com que, a este propósito, vale a pena debatermo-nos não é a de medir ou não medir, comparar ou não comparar os fenómenos sociais. A história das ciências sociais demonstra à saciedade que, sem um uso sistemático de indicadores, elas continuariam a ser um modo impressionista e especulativo de lidar, no plano intelectual, com a complexidade social. A questão verdadeiramente relevante é, isso sim – e o argumento é válido para todos os domínios científicos –, a de saber se os seus utilizadores têm consciência ou ignoram os limites cognitivos dos instrumentos que accionam para pôr à prova (e em risco) as interpretações provisórias sobre o mundo social contidas nas hipóteses de investigação que construíram.

Acontece, com efeito, que a construção de indicadores implica o estabelecimento de um *compromisso* entre as exigências e ambições semânticas da problematização teórica e as necessidades de contenção impostas pela observação metódica do real, entre a abertura de dimensões conceptuais sugeridas pela teorização e a simplificação imposta pelos objectivos de “medição” (o que não é sinónimo de quantificação) dos fenómenos em estudo. Tornar explícitas as bases desse compromisso deve por isso constituir componente incontornável dos processos de demonstração e de argumentação em que se desdobra o trabalho científico – para se poder legitimar, a “traição” tem, aqui, de ser confessada em toda a sua extensão e as suas consequências assumidas nas diferentes operações de pesquisa.

Todos os que alguma vez se aproximaram dos processos da percepção estética e da formação de juízos de gosto com a intenção de os objectivar através dos instrumentos das ciências, sabem até que ponto são difíceis e precários os caminhos que conduzem à sua análise. Nem por isso deixam eles de poder contar, graças aos esforços da psicologia, desde logo, mas também da sociologia ou da antropologia dos factos simbólico-culturais, com um acervo de indicadores que permitiram à investigação transpor os limites (o que é diferente de recusar ou ignorar o seu

contributo) das reflexões eminentemente teórico-abstractas sobre a percepção e legitimação social das obras culturais, ainda que esses indicadores surjam sob a forma, por vezes quase prosaica, de umas tantas escalas de preferência em diferentes domínios culturais (música, literatura, programas televisivos, filmes, pinturas, etc.), de índices de frequência de práticas culturais, de grelhas de usos do tempo livre e de lazer (no espaço doméstico, nos espaços público e semi-público), etc. O acervo de conhecimentos que a utilização destes instrumentos de pesquisa – sempre de algum modo profanadores da aura associada à grande reflexão sobre a obra de arte e a experiência estética – permitiu alcançar na perspectiva da objectivação dos processos de circulação das obras culturais é imenso e incontornável.

**5.** O último e porventura mais perturbador problema metodológico que importa abordar quando está em causa a análise dos fenómenos culturais já em parte foi enunciado na fase inicial deste texto. Não sendo (ao contrário dos astros...) destituídos de dispositivos de atribuição de sentido, os actores sociais participam frequentemente, de forma não neutral, nos processos de investigação que os envolve. São objecto de pesquisa mas também produtores de sentido, e portanto de realidade, nos próprios actos de recolha de informação que tenham de os mobilizar. Estará a pesquisa sobre o social inviabilizada por tal facto?

Se não quiser fugir à complexidade dos problemas que daqui resultam, a sociologia tem de os integrar no próprio modelo de análise e nas estratégias observacionais que desencadeia. Reconhecer que a relação de observação interfere com os factos observados, desde logo porque os observados são chamados pela sociologia, na fase de recolha de informação, a pronunciar-se sobre as suas condições de existência, é justamente a primeira condição para a pesquisa neste domínio não se transformar numa versão ficcionada sobre o real. Analisar o social obriga pois, nestas condições, a objectivar as próprias relações sociais de observação induzidas pela análise. Nada mais difícil, nada mais incontornável.